



Número: **0800162-40.2020.8.20.5106**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Ibanez Monteiro na Câmara Cível**

Última distribuição : **20/09/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0800162-40.2020.8.20.5106**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANANIAS MANOEL DA SILVA (APELANTE)		LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELADO)		ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA (ADVOGADO) LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11888082	04/11/2021 15:39	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

Processo:	<b>APELAÇÃO CÍVEL - 0800162-40.2020.8.20.5106</b>
Polo ativo	<b>ANANIAS MANOEL DA SILVA</b>
Advogado(s):	<b>LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA</b>
Polo passivo	<b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. e outros</b>
Advogado(s):	<b>LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA, ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA</b>

**EMENTA:** DIREITOS CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. PEDIDO GENÉRICO E DETERMINÁVEL. PROCEDÊNCIA TOTAL. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA SEGURADORA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. VALOR ÍNIMO. APRECIÇÃO EQUITATIVA. POSSIBILIDADE. ARBITRAMENTO ADEQUADO. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

## **ACÓRDÃO**

**Acordam** os Desembargadores que integram a 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma e à unanimidade, em desprover o recurso, nos termos do voto do relator.

Apelação interposta pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em face da sentença que julgou procedente o pedido para a condenar a pagar R\$ 135,00, acrescidos de correção monetária e juros de mora, e honorários sucumbenciais arbitrados em R\$ 700,00.

Alegou que a parte autora pretendia receber indenização no valor máximo, e obteve apenas de R\$ 135,00, motivo pelo qual tornou-se vencida em grande parte do pedido. Acresceu que o proveito econômico obtido é inferior a 01% do valor pleiteado. Por isso, requereu o provimento do recurso para reduzir os honorários para 10% do valor da condenação e inverter a condenação em honorários.

Contrarrazões não apresentadas.

Na inicial, a parte apelada fez pedido determinado, mas genérico, na medida em que requereu a indenização calculada com base na graduação das lesões que ainda seriam verificadas por meio de exame pericial no curso da instrução processual, hipótese prevista no art. 324, § 1º, II do CPC.

Se a parte apelada requerera a indenização em valor que somente foi possível tornar certo durante o curso da instrução processual, não é correto concluir pela procedência parcial do pedido, mas pelo êxito integral da pretensão autoral, pois lhe foi garantida a tutela jurisdicional esperada: a indenização calculada a partir da invalidez permanente cuja graduação foi verificada no curso do feito.

Assim, não havendo sucumbência recíproca face ao sucesso da pretensão de direito material sustentada pela parte apelada, o recurso deve ser desprovido mantendo-se o ônus da sucumbência integralmente às custas da seguradora. Cito julgado desta Corte:

**EMENTA:** DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO FIXADA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PLEITO AUTURAL. CÁLCULO DEPENDENTE DE PERÍCIA MÉDICA. PEDIDO DETERMINADO E GENÉRICO. POSSIBILIDADE. ART. 324, § 1º, II DO CPC. PROCEDÊNCIA TOTAL DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CUSTAS E HONORÁRIOS ÀS EXPENSAS DA SEGURADORA DEMANDADA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. PROVEITO ECONÔMICO DEFINIDO. CRITÉRIO DO ART. 85, § 2º DO CPC. VALOR IRRISÓRIO. REMUNERAÇÃO DIGNA DO ADVOGADO. APLICAÇÃO DA REGRA DO § 8º. APRECIÇÃO EQUITATIVA. FIXAÇÃO EQUIVALENTE A UM SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO PROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. (APELAÇÃO CÍVEL, 0804955-90.2018.8.20.5106, Dr. IBANEZ MONTEIRO DA SILVA, Gab. Des. Ibanez Monteiro na Câmara Cível, ASSINADO em 23/10/2019).

Sobre os honorários de sucumbência fixados em sentença, o foram por aplicação do art. 85, §8º, do CPC, isto é, diante do valor ínfimo que seria obtido pela aplicação da regra geral definida no art. 85, §2º, do CPC, o juiz fixou os honorários por meio de apreciação equitativa, definindo o valor que adequadamente retribuiria o labor do causídico vitorioso, a partir dos critérios definidos nos incisos do art. 85, § 2º do CPC.

A definição dos honorários a partir da apreciação equitativa está em consonância com a correta conjugação das regras do art. 85, §§ 2º e 8º do CPC. O valor arbitrado também está de acordo com o estabelecido em julgados semelhantes nesta turma de julgamento, bem como em precedente do STJ sobre a matéria, motivo pelo qual deve ser mantido. Cito julgados: Apelação cível nº 0815108-17.2015.8.20.5001, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Ibanez Monteiro, assinado em 21/07/2020; Apelação cível nº 0821343-68.2018.8.20.5106, 2ª Câmara Cível,

Rel. Des. Ibanez Monteiro, assinado em 30/06/2020; REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019.

Ante o exposto, voto por desprover o recurso e majorar os honorários sucumbenciais para R\$ 800,00 (AgInt nos EREsp 1539725/DF<sup>[1]</sup>).

Data de registro do sistema.

Des. Ibanez Monteiro

Relator

---

[1] "É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso."